

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

ORGANIZADORA

Giovanna Ofretorio de
Oliveira Martin Franchi

ISBN 978-85-7221-576-3

2026

5

Maxmiliano Martins Pinheiro

MEMÓRIAS DA REMOÇÃO:

A RESISTÊNCIA DA FAVELA
DE BRÁS DE PINA À POLÍTICA
URBANÍSTICA DE CARLOS LACERDA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-576-3.5

RESUMO:

O presente capítulo tem como objetivo principal analisar a resistência da favela de Brás de Pina, diante do planejamento urbanístico do governador Carlos Lacerda. Conforme nos atesta a historiografia sobre as transformações urbanas do Rio de Janeiro, as políticas urbanas sucederam de modo autoritário e conservador, isto é, ao mesmo tempo que desconsideravam o bem-estar dos estratos mais pauperizados, obedeciam aos interesses do capital imobiliário que sempre esteve a serviço das elites urbanas. Para desenvolver o argumento proposto, cumpre primeiramente abordar o contexto sócio-histórico do governo de Carlos Lacerda (1960-1965) que promovia a remoção forçada de favelas em diversas regiões da cidade. Em seguida, deve-se ressaltar a resistência da favela de Brás de Pina a esse processo urbanístico, tendo como base a articulação empreendida pela associação de moradores e por parte do clero progressista católico. Por fim, esta pesquisa conclui que a chamada "higienização" da cidade carioca não ocorreu somente nos bairros da zona sul como comprovam muitos estudos, mas também nas regiões da zona norte.

Palavras-chave: favela, resistência, urbanização.

INTRODUÇÃO

Este texto surge da necessidade de reexaminar um episódio cuja história marcou muito a minha memória que foi a tentativa do governador Carlos Lacerda em remover a favela de Brás de Pina, no ano de 1964. Embora não tivesse nascido neste ano, conheci diversas pessoas que relataram esse acontecimento, uma vez que residi por 36 anos em Brás de Pina, desde o meu nascimento (31/10/1972) até o mês de junho de 2009. Duas dessas pessoas são: a minha mãe que, durante algum tempo, trabalhou com o padre José Sainz Artola, principal liderança paroquial na luta contra a remoção; e o próprio padre Artola com que trabalhei, em 1991, na Irmandade de Santa Edwiges em Brás de Pina (IRSANED). Obviamente, outros moradores do bairro também me relataram sobre a tentativa violenta do governador Lacerda em extinguir essa comunidade.

A trajetória desta favela é marcada tanto pelo seu processo de urbanização, visto que foi a primeira favela a usufruir de um processo de urbanização com a participação dos próprios moradores (Botti *et al*, 2025), quanto pela sua resistência à política urbanista imputada pelo governo Carlos Lacerda. É a respeito deste último tópico que a presente pesquisa se desdobra.

A fim de explorar o objetivo central deste trabalho, centrado na resistência dos moradores da favela de Brás de Pina, mais conhecida atualmente como “Comunidade das 5 bocas”, deve-se, em primeiro lugar, abordar o cenário histórico das remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro que eram gerenciadas ao longo do governo de Carlos Lacerda (1961-1964), o que corroborava com a lógica autoritária do planejamento urbano, iniciada por Pereira Passos no início do século XX. Em seguida, deve-se salientar a articulação orquestrada pelos residentes da favela de Brás de Pina, que contava com as iniciativas da associação de moradores e com a atuação pioneira

do padre espanhol José Sainz Artola, no combate ao processo de remoção forçada promovido pela política urbanista do governo da época. Por fim, o presente capítulo depreende que o processo da chamada “higienização” da cidade carioca, demandada pelo capital imobiliário em conluio com as elites urbanas, não se manifestou apenas nos bairros da zona sul, mas também nas regiões suburbanas, tendo Brás de Pina como exemplo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa repousa numa análise qualitativa que abrange contribuições sociológicas e históricas acerca das favelas como questão social na cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, as fontes primárias do presente capítulo baseiam-se no trabalho “Memórias da urbanização: uma cronologia para repensar a experiência da favela de Brás de Pina”, de autoria de Lucas Ribeiro Botti, Antônio Pimental Júnior Sequeira e Thaís Pontes da Silva; o artigo “Brás de Pina: memória da experiência participativa na urbanização de uma favela”, de Soraia Santos da Silva; o texto “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”, do sociólogo Marcelo Baumann Burgos. Como referências secundárias vale destacar o artigo “Remoção de favelas durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965): propriedade para os pobres ou favorecimento aos ricos?”, de Thársyla Glessa Lacerda da Cunha, e a obra **A sociologia do Brasil urbano**, organizado por Anthony Leeds e Elizabeth Leeds. Outras contribuições serão utilizadas, como fontes secundárias, para descrever o contexto social da capital fluminense no que concerne ao processo de urbanização e as resultantes reações populares. Espera-se que esse trabalho colabore com outros estudos que perscrutam o debate sociológico do conflito urbano nas cidades brasileiras.

DISCUSSÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE REMOÇÃO DE FAVELAS NO GOVERNO CARLOS LACERDA

Desde o início da Primeira República, o Rio de Janeiro, que até o governo Juscelino Kubitschek foi capital federal, sofria com a ingerência de projetos urbanísticos autoritários. Por meio de uma domesticação política, com o domínio de um republicanismo oligárquico, foi conferido à cidade o papel de cartão-postal da *belle époque*, de acordo com o entusiasmo do mundo francês no início do século XX. Tendo Paris como modelo ideal de urbanização, o centro da cidade do Rio de Janeiro atravessou uma drástica modificação paisagística, pois a avenida Beira-Mar foi aberta, jardins foram criados, os bondes receberam tração elétrica e o novo porto foi construído (Carvalho, 2004). Outra consequência dessa reforma urbana foi a redução da promiscuidade social em que estava confinada a população carioca, o que levou a política urbanista do “bota-abaixo”, conduzida pela administração do prefeito Pereira Passos, entre 1902 até 1906 (Carvalho, 2004). Desse modo, parte das pessoas que residiam nessas áreas afetadas por essa ação administrativa de permaneceram com menos espaços no que ficou intocado, enquanto outras subiram para os morros adjacentes, ou deslocaram-se para a Cidade Nova e para os subúrbios do centro do Rio (Carvalho, 2004). No período de três anos, Pereira Passos conseguiu desalojar milhares de pessoas que moravam na capital de suas habitações, remover muitos estabelecimentos comerciais, demolir cerca de dois mil prédios, cortiços, a fim de promover obras voltadas ao saneamento e à remodelagem estética da cidade (Benchimol, 2024). Mesmo com o rápido crescimento da zona norte e dos subúrbios, as demolições fizeram com que parte considerável da população permanecesse no Centro, já

que a vida urbana nesses locais proporcionou uma alternativa de moradia apenas para as classes médias, o que impeliu ao lado das habitações tradicionais do Centro da cidade uma nova modalidade de habitação popular: a favela (Benchimol, 2024).

Conforme essas observações, constata-se que a política urbanística do Rio de Janeiro, primando modelos de cidade com feições europeizantes, desvelou, desde o início do século XX, um caráter conservador e autoritário que não buscava um perfil de cidade mais propício à realidade brasileira, nem respeitava as condições dos segmentos locais diante da realidade material que enfrentavam. Refletindo melhor sobre esse segundo aspecto, as populações mais empobrecidas já eram encaradas pelas autoridades da época como a antítese entre o progresso do espaço urbanístico a ser almejado no processo de desenvolvimento das cidades e a pauperização representada pelos estratos periféricos da vida urbana que configurava um entrave a ser extirpado pelos governos republicanos competentes através de projetos fiscalizados pelos detentores do capital. As favelas surgiram como alternativa de moradia para os estratos populacionais que foram excluídos do processo de reconstrução urbana. Segundo Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978), o problema da favela emergiu no Rio de Janeiro, por volta de 1895, quando surgiu a Favela da Providência, resultado do aumento da população, migração, escassez de habitação e dos aluguéis elevados, que precarizavam a situação da classe pobre.

Adentrando no contexto histórico-político do governo Carlos Lacerda (1960-1965), pode-se afirmar que figurou um período de controle, erradicação e repressão gerenciado pela política habitacional diante do fenômeno das favelas. A década de 1960 descortina a potencialização do fenômeno das favelas no Brasil. O ano de 1960 pode ser considerado um marco para esse tema, uma vez que o Rio de Janeiro, deixou de ser capital federal, e continuou sendo o lugar de maior concentração de favelas, tornando esse Estado a independente politicamente, o que impactava suas políticas habitacional e

urbana (Leeds; Leeds, 1978). Durante os anos 1960, a política em torno da gestão das favelas, preservava o seu caráter de controle, manifestando tanto um adorno populista diante da promessa de urbanização, quanto um caráter nitidamente repressivo que operava por meio das remoções e de uma rigorosa supervisão administrativa nas unidades habitacionais, sobretudo nos parques proletários (Leeds; Leeds, 1978).

A política urbana do governo Carlos Lacerda, por exemplo, se empenhou na remoção das favelas do Rio de Janeiro, tendo como parâmetro o fato de que as áreas das favelas que seriam removidas deveriam ter valor financeiro suficiente para que a recuperação e venda desses locais pudessem gerar novos recursos a fim de poder implementar o programa de erradicação em outras comunidades (Silva, 2018). Além disso, as remoções eram também justificadas com a prerrogativa de que a construção dos conjuntos habitacionais possuía a capacidade de reativar o setor da construção civil, que era fundamental para a economia da cidade (Cunha, 2018). O projeto de remoção de favelas no governo Lacerda, efetivado em 1962, contemplava uma remodelagem urbana tanto em áreas da Zona Sul quanto da Zona Norte:

O projeto de remoção das favelas da cidade foi iniciado em 1962, possuindo três pilares: a construção do conjunto habitacional na Rua Álvaro Ramos, em Botafogo, a urbanização completa da Vila da Penha e a construção de um conjunto habitacional em Bangu. Com o passar dos anos, o projeto foi sendo aprimorado, alocando a população de acordo com a localidade das comunidades. As favelas da Zona Norte foram deslocadas para conjuntos habitacionais na Avenida Brasil, já as da Zona Sul foram para a extensão viária que leva da Zona Sul até a Barr como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá. (...) Uma das justificativas de Lacerda para a remoção de favelas era que, segundo ele, algumas favelas não tinham condições de serem urbanizadas, como no caso da Favela Getúlio Vargas, localizada no Leblon, (...) (Cunha, 2018, p. 135).

Cumprе acrescentar que, durante o governo Lacerda, a favela se torna um problema político, que impeliu a sua política habitacional trabalhar concomitantemente com as perspectivas da remoção e da urbanização, conforme atestam o uso do financiamento estadunidense (Usaid) na urbanística de algumas favelas e na edificação de conjuntos habitacionais, como também o do aparato violento estatal no processo das remoções a fim de suplantar a resistência dos moradores que não queriam perder seus empregos locais e os seus laços comunitários:

A princípio, sem se definir entre a remoção e a urbanização, o governo estadual trabalhou simultaneamente com as duas perspectivas. De um lado, construiu, entre 1962 e 1965, com financiamento norte-americano (do Usaid), a Cidade de Deus e as vilas Kennedy, Aliança e Esperança; de outro lado, urbaniza algumas poucas favelas. A construção de conjuntos habitacionais tinha por objetivo, contudo, a remoção de algumas favelas da cidade, fator que iria produzir grande tensão, em face da resistência de seus moradores. O deslocamento para áreas distantes dos locais de trabalho, a deficiente oferta de transportes, a ruptura dos laços de sociabilidade desenvolvidos na favela de origem e a péssima qualidade das casas oferecidas seriam, segundo Perlman (1977), as principais razões da reação dos moradores de favelas às remoções.

Não obstante, com o golpe de 1964, criam-se as condições necessárias à aventura remocionista. Agora, para furar a resistência dos moradores das favelas, a essa altura representados pelo Fafeg, o Estado colocaria soldados armados, como no traumático caso da favela do Pasmado, ocorrido ainda em 1964. Diante do que estava por vir, pode-se dizer que a escala das remoções realizadas até 1965 foi modesta, embora tenha atingido cerca de 30 mil pessoas (Burgos, 1998, p. 33-34).

Entre as entidades que mais se empenhavam diretamente com a gestão das favelas, criadas por órgãos municipais ou estaduais, vale destacar: a Serpha (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas, criada pela administração municipal

em 1956; a Cohab (Companhia de Habitação Popular), de origem estadual, criada por Lacerda como resposta ao esvaziamento da Serpha; e a Fafeg (Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara), originada em 1963 por iniciativa das lideranças dos moradores de favelas, com o objetivo de gerir negociações entre esses excluídos e o Estado, possibilitando assim a incorporação política desses moradores à vida das cidades (Burgos, 1998). Entretanto, durante o governo Lacerda, prevaleceu a prática de subordinar politicamente os moradores das favelas, fazendo com que o poder público acenasse sempre quando possível para a ingerência estatal (burgos, 1998). No que tange à experiência da remoção de favelas, deve-se sublinhar que ela acarretou sequelas para a vida política dos seus habitantes nas décadas seguintes, pois ocorreu uma verdadeira desarticulação da estrutura política das comunidades. Com efeito, um dos objetivos da ação remocionista era a desfiguração do favelado como ator político cujo vazio foi sedimentado tanto pelo ressentimento decorrente do trauma que as remoções violentas trouxeram para a memória desse cidadão, quanto pelo clientelismo que surgiu como uma opção para os excluídos de um projeto habitacional decente que viam na acomodação carismática uma sobrevivência ao autoritarismo imposto (Burgos, 1998). Apesar das consequências nefastas da prática despótica das remoções, gerenciadas pelo governo Lacerda, e nos posteriores que sucederam o regime militar, houve uma comunidade que, graças às iniciativas dos moradores e de suas respectivas lideranças, conseguiu resistir a esse esquema: a favela de Brás de Pina.

CAPÍTULO 2 – A RESISTÊNCIA DA FAVELA DE BRÁS DE PINA À POLÍTICA REMOCIONISTA DE LACERDA

Considerando os dados históricos que exprimem a origem da favela de Brás de Pina, cumpre asseverar que esse local ganha relevância com a circulação de pessoas resultante de uma interseção de vias que abrangia a Avenida Brasil e a Rodovia Washington Luiz

(Rio-Petrópolis). As pessoas que vinham da Baixada Fluminense em direção à Zona Oeste ou ao Centro, por meio da Avenida Brasil, atravessavam o bairro de Brás de Pina, o que fez com que esse bairro e sua favela adquirissem centralidade local e estratégica para a cidade (Botti *et al*, 2025). Os primeiros moradores da favela de Brás de Pina eram em sua maioria migrantes, que vinham de outros estados da Região Sudeste para usufruírem de melhores condições de vida material no Rio de Janeiro, reconhecendo nessa favela um ponto estratégico de moradia de acordo com as proximidades de locais de trabalhos e serviços (Botti *et al*, 2025). O nascimento da favela, atualmente denominada “Comunidade das cinco bocas”, começou em 1930, e seus moradores trabalhavam nos arredores da Avenida Brasil, em estabelecimentos comerciais como o Mercado de São Sebastião (Santos, 2024). Ademais, torna-se propício ressaltar que, antes de 1964, a favela de Brás de Pina estava assentada num terreno pantanoso que, aos poucos, foi aterrado pelos moradores, através das ruas que permitiam o acesso a uma depressão central, em que cotas estavam abaixo do nível da maré alta (Silva, 2018). A maioria das construções habitacionais eram feitas por barracos de madeira, enquanto uma minoria eram casas de alvenaria, tendo muitas dessas construções sido erguidas sobre palafitas para proteger das inundações que ocorriam na localidade (Silva, 2018). As péssimas condições de higiene dos moradores da favela serviram como outra justificativa para Lacerda acionar sua política remocionista, mas ficou evidente que, depois da remoção de algumas favelas da Zona Sul como a do Pasmado, em Botafogo, por exemplo, que ocupava uma área de interesse para a construção de um hotel do grupo Hilton, a especulação imobiliária tinha interesse por essa intervenções nos bairros mais nobres (Cunha, 2018).

Por outro lado, deve-se acrescentar que Brás de Pina foi apelidada, nos anos 1930, como a “Princesinha do Subúrbio Carioca”, já que foi uma região de engenho sendo mais tarde reaproveitada para inaugurar, em 1910, uma estação de ferro e, na década seguinte, a Vila Guanabara, pela Companhia Imobiliária Kosmos, pertencente

à família Guinle, cuja edificação foi inspirada no projeto inglês das cidades-jardins que trouxe ao bairro casas de estilo colonial, espaços arborizados, um clube (Brás de Pina Country Club), e a Igreja de Santa Cecília (Pimentel, 2018). Durante muitos anos, até meados do século XX, Brás de Pina gozava a fama de um bairro chique que tinha construções pitorescas como o Castelinho de Brás de Pina, hoje uma propriedade abandonada, e por onde circulavam personalidades famosas (Pimentel, 2018). Tais informações mostram que o bairro foi, por muitos anos, habitado por diferentes segmentos de classes sociais, o que indica o interesse não só das autoridades governamentais, da especulação imobiliária como também de parte dos moradores em melhorar o bairro, tendo como contrapartida a remoção da favela.

No que concerne à resistência dos moradores da favela de Brás de Pina diante da tentativa de remoção por parte do governo de Lacerda, deve-se primeiramente apontar as causas que levaram as pessoas rechaçarem o Plano de Habitação Popular, responsável por implementar a política das remoções, que eram as precárias condições dos transportes, o distanciamento do centro da cidade e a destruição criminosa da favela do Pasmado:

Durante a implementação do Plano de Habitação Popular, por diversas vezes os favelados opuseram forte resistência à remoção, recusando-se a deixar suas casas pelos conjuntos habitacionais. A longa distância do centro da cidade, a precariedade dos transportes e a infraestrutura ainda em fase de instalação nos conjuntos habitacionais, gerariam grande descontentamento entre os moradores das favelas removidas. Além disso, a destruição da favela do morro do Pasmado por um incêndio de "causas ignoradas", considerado por muitos como criminoso, que ocorreu ao mesmo tempo em que se processava a remoção, alcançou grande repercussão na época.

Nessa conjuntura, Sandra Cavalcanti era conhecida por seu temperamento explosivo e, de forma dura, muitas vezes, ela mesma comandava e decidia pela destruição de determinada favela e a transferência dos moradores para os conjuntos habitacionais (Cunha, 2018, p. 137).

Diante da experiência traumática das remoções de favelas da Zona Sul, como a do morro do Pasmado, em Botafogo, a do Parque Proletário, na Gávea, e a da praia do Pinto, nas localidades do Leblon, como também da ação truculenta de membros do governo Lacerda, como a da Secretária de Ação Social, Sandra Cavalcanti, os moradores da favela de Brás de Pina se articularam por meio de uma associação, conhecida como União de Defesa e Melhoramento da Favela de Brás de Pina (UDMFBP), da liderança carismática do Padre José Sainz Artola (1928-2015), na defesa pela permanência da comunidade quando os agentes do governo já estavam dando os primeiros passos para a remoção:

Apreensivos com a violência do Estado, os moradores de Brás de Pina se articulam em torno da associação União de Defesa e Melhoramento da Favela de Brás de Pina (UDMFBP) para resistir à remoção. Segundo os relatos coletados na pesquisa, durante as festas juninas daquele ano algumas moradoras foram pedir ajuda ao pároco da Igreja de Santa Edwiges de Brás de Pina, Padre José Sainz Artola (1928-2015), na luta pela permanência. Na ocasião, as assistentes sociais já estavam numerando os barracos para a remoção (Botti *et al*, 2015, p. 10).

O Pe. José Artola foi um sacerdote espanhol que chegou ao Brasil em 1961 com a finalidade de atuar nas favelas cariocas. Atendendo as queixas dos moradores, ele recorre à Arquidiocese do Rio de Janeiro na missão de buscar o apoio da Igreja Católica no combate ao projeto habitacional do governo que determinava as remoções de favelas, recebendo apoio de outros padres para engajarem-se na causa desses moradores (Botti *et al*, 2025). O Pe. José Artola obteve êxito realizando uma grande vigília que causa grande comoção aos moradores, o que mobiliza o senso de comunidade contra a ação remocionista do governo (Botti *et al*, 2025). Os moradores, por sua vez, organizaram um acampamento no Palácio das Laranjeiras, permanecendo durante três dias, a fim de apelar ao presidente Castelo Branco o fim da remoção da favela de Brás de Pina

(Botti *et al*, 2025). Tal ato logrou ampla repercussão nacional, sendo divulgado nos jornais da imprensa, com a aprovação da opinião pública e com o apoio da Fafeg à Associação dos Moradores de Brás de Pina cuja mobilização era justificada pelo mote “Urbanização sim, remoção não” (Botti *et al*, 2025).

Mesmo com o protesto bem sucedido dos moradores, a favela de Brás de Pina continuou sofrendo represarias dos agentes do governo estadual que valeram-se do uso da violência policial, prendendo moradores e o líder Pe. José Artola cuja prisão levou à denúncia de muitos padres num manifesto publicado no dia 26 de novembro de 1964 (Botti *et al*, 2025). O governo Lacerda continuou a investida pela remoção da favela de Brás de Pina, levando a expulsão de algumas famílias, acusações do governador ao padre Artola e até mesmo a remoção violenta da favela do Esqueleto que ficava nas proximidades, não conseguindo, contudo, extinguir a favela de Brás de Pina, devido ao forte engajamento dos residentes:

Os agentes do Estado continuam na investida remocionista durante o período do Natal, removendo algumas famílias sob ameaça nos dias 24 e 26 de dezembro. Oakim (2014) aponta para a simultaneidade das resistência nas favelas de Brás de Pina e Esqueleto, e que a repressão violenta das manifestações nessas favelas serviam como exemplo para todos os moradores de favelas da Guanabara (p. 68). Em 31 de dezembro é publicada uma fala de Lacerda acusando o Pe. Artola de demagogia.

O ano de 1964 terminou com muitas derrotas para a população favelada (com o processo de remoção da favela do Esqueleto terminando apenas em 1965) mas em Brás de Pina a população consegue sair vitoriosa e com um forte senso de engajamento coletivo. O governador da Guanabara desiste de remover a favela em janeiro de 1965 devido à forte oposição organizada pelos padres e moradores, assim como pelo desgaste político que os próprios processos de remoção causaram na opinião pública (Botti *et al*, 2025, p. 13).

Em síntese, o êxito da resistência da favela de Brás de Pina à forma autoritária pela qual o governo Carlos Lacerda empreendia as remoções, tendo como justificativa a remodelagem da cidade para atender aos interesses do capital imobiliário, deveu-se tanto à participação de lideranças carismáticas, como o Pe. José Artola, quanto, principalmente, às iniciativas dos moradores dessa comunidade que não apenas se uniram como um grupo coletivo, mas também fizeram com que a questão urbana, configurada no plano de remoção dessa favela, conquistasse expressão nacional, não se confinando a um mero problema local ao alcance da ação do governo estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o desenvolvimento exposto, pode-se concluir que a política de remoção de favelas orquestrada pelo governo Carlos Lacerda, nos anos 1960, obedecia uma lógica econômica que desconsiderava a vida social dos moradores. Nesse sentido, as pessoas foram submetidas a um projeto urbanístico conservador e autoritário, gerenciado pelo governo estadual e pelo capital imobiliário, que as obrigava saírem de áreas consideradas nobres ou estratégicas, migrarem para locais distantes dos seus trabalhos e romperem os laços de solidariedade. Embora o governador apresentasse justificativas plausíveis para a atuação remocionista de sua gestão, como a necessidade de urbanização da cidade e a erradicação da insalubridade nas favelas, não foram oferecidas contrapartidas para as melhorias materiais dessas moradias a fim de diversificar o espaço urbano, permitindo o intercâmbio das classes sociais. Pelo contrário, a política habitacional do governo Lacerda não propiciou a experiência da harmonia dos segmentos sociais nas áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro e, por seu turno, submeteu-se à prerrogativa excludente dos detentores do capital.

A trajetória de resistência da favela de Brás de Pina à remoção programada pelo governo Lacerda descortinou dois fatores importantes: primeiramente, a perspectiva de higienização da cidade carioca, consubstanciada nas remoções de favelas, não ocorreu somente nas áreas da Zona Sul, mas também nas da Zona Norte, tendo o bairro de Brás de Pina, situado no subúrbio da Leopoldina, como um dos exemplos. A outra questão mais importante deve-se ao êxito da luta dos moradores contra a remoção da favela em 1964. Como foi verificado, a contribuição da liderança carismática do padre José Artola foi essencial para envolver uma camada progressista do clero católico na causa dessas pessoas. Ademais, as articulações e mobilizações dos moradores da favela foram primordiais para frustrar a ação predatória do governo estadual que, mesmo com os protestos organizados, pretendia a todo custo remover a comunidade de Brás de Pina. Graças à consistência do engajamento coletivo dos moradores, o governador Lacerda desiste de remover a favela quando se apercebe do seu desgaste político e da crescente censura da opinião pública. Enfim, a memória da resistência da favela de Brás de Pina à política remocionista de Lacerda demonstra a importância da união entre os indivíduos e da consistência de uma causa como estratégias da ação política coletiva.

REFERÊNCIAS

- BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. /n: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (orgs). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira república (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024, p. 215-272
- BOTTI, Lucas Ribeiro; SEQUEIRA, Antônio Pimentel Júnior; SILVA, Thaís Pontes da. Memórias da urbanização: uma cronologia para repensar a experiência da favela de Brás de Pina. **XXI Encontro Nacional da ANPUR**. Maio, 2025.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques-proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 25-60

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. Remoção de favelas durante o governo Carlos Lacerda (1960-1965): propriedade para os pobres ou favorecimento aos ricos? **Revista Convergência Crítica – Dossiê: História e Boemia**. n.12, p. 130-147, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br>. Acesso em: 19 jan. 2026.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PIMENTEL, Márcia. Brás de Pina, a Princesinha da Leopoldina. **MultiRio**. Disponível em: <https://multi.rio/index.php/noticias/13482-br>. Acesso em: 27 jan. 2026

SANTOS, Alessandra Dias Ribeiro dos. (Re)descobrimo a princesinha da Leopoldina: Brás de Pina, da Vila Guanabara aos conjuntos habitacionais. **Anais do 21º Encontro de História da ANPUH-Rio: História, Democracia, Igualdade e Diversidade**. Julho, 2024.

SILVA, Soraia Santos da. Brás de Pina: memória da experiência participativa na urbanização de uma favela. **III Seminário sobre urbanização das favelas**. Novembro, 2018.

Maxmiliano Martins Pinheiro

Doutorando e Mestre em Sociologia Política na Universidade Candido Mendes/UCAM, Mestre em Literaturas de Língua Inglesa na UERJ, Professor da FAETEC/RJ e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro